



Juízes estão prontos para atuar com rigor no dia das eleições

Juízes eleitorais e auxiliares, funcionários do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL), mesários e cidadãos convocados para atuar nas eleições estão preparados para fiscalizar com rigor e evitar irregularidades durante a votação do dia 5 de outubro. Desde o início do ano, o TRE/AL vem trabalhando no sentido de garantir que o processo eleitoral ocorra

com tranquilidade em todos os municípios. Campanha de combate à corrupção, reuniões com representantes de partidos políticos e palestras para magistrados foram algumas das iniciativas. O presidente da Corte, desembargador Estácio Gama, ressalta que todos estão prontos para inibir qualquer tentativa de fraude que, porventura, venha emergir.

VEJA TAMBÉM:

■ **ELEIÇÕES:** Veja o que é permitido e proibido no dia da votação.

Pág. 3

■ Conheça a nova modalidade do sistema de pecúlio da magistratura.

Pág. 9

■ Magistratura se mobiliza para que AL tenha mais desembargadores.

Pág. 11

Eleições e eleitores

Aproximam-se as eleições de 2008, quando candidatos a prefeitos e a vereadores serão sufragados nas urnas em todo o Brasil. Pleito municipal, sim. Mas certamente tão importante quanto os que se destinam à escolha de legisladores e executivos nos âmbitos estadual e federal. Talvez se deva dizer: o mais importante deles, porque é na célula do município que se estrutura a nacionalidade. A cidadania começa na família, chega à comunidade municipal e, daí, alça-se para os aglomerados maiores que são, naturalmente, o estado (ou província) e a representação máxima junto ao concerto de nações, o país.

O legislador e o executivo municipal vivem com mais intensidade o dia-a-dia da população que os congêneres das outras esferas de governo. Encontram-se tão próximos dos seus problemas, das suas angústias e das suas necessidades que, não raramente, com ela se confundem e, com ela, buscam e encontram quase sempre as soluções mais abrangentes e criativas. É, portanto, o município a base por excelência na formação do país. Este será expressivo se expressivos forem os seus municípios. Ou o inverso disto se o inverso ocorrer nessas frações político-administrativas do território.

Ora, diante de tanta significação para a vida nacional, o eleitor tem o dever de encarar com seriedade e sabedoria essa eleição, conferindo o seu voto somente a candidatos dignos dos mandatos que vão receber. Para ajudá-lo nessa tarefa, diversas entidades estão irmanadas na divulgação de dados que informam o perfil de muitos desses pleiteantes. Dentre elas, a Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, que tem recebido respaldo das afiliadas estaduais, a exemplo desta ALMAGIS. Indo à imprensa falada, televisada e escrita para dizer das restrições a nomes, resultantes de pendências judiciais a que repondem, estão esses órgãos a prestar imensurável serviço à Democracia e ao eleitor. Motivo porque merecem o nosso aplauso e reconhecimento.

Artigo

Vai começar a brincadeira!

Frederico George BROTHERHOOD MEDEIROS

Juiz de Direito emérito



Novamente, a empanada do circo se alevanta e vão, aos poucos, chegando os personagens que irão movimentar o grande espetáculo da democracia: **AS ELEIÇÕES**.

Para mim uma grande palhaçada, onde um número razoável de artistas (candidatos) tenta distrair, ludibriar, escamotear a verdade, trapacear, corromper e, através de um cabedal de engodos conseguirem, de uma forma ou de outra, a atenção de um enorme contingente dos verdadeiros palhaços (os eleitores - o povo) deste circo de dimensões quase que continentais que é o BRASIL. Vai começar, verdadeiramente, o espetáculo!

O verdadeiro Brasil vai mostrar a sua verdadeira cara, a cara-de-pau de um País de faz-de-conta, onde todos fingem que não estão enganando e que não são enganados; e, os "trouxas" e "bobos" eleitores fingem e, alguns, se locupletam até desta horrível baderna. Esta é a verdade neste paraíso de hipocrisias que se chama Brasil. Tudo isto, pasmem, sob os auspícios da oficialidade institucional, já que é feito e patrocinado pelo governo e por seus agentes que repassam verbas vultosas à Justiça Eleitoral, para que esta, através de seus Ministros e Magistrados (outras vítimas neste processo) dêem respeitabilidade e confiabilidade às eleições, e todos têm a devida consciência de que a bandalheira corre a solta em todos os sentidos.

Malgrado todos terem conhecimento de tudo que se passa por baixo dos panos, e de esguelha, **NINGUÉM FAZ NADA NEM COISA ALGUMA, É UMA VERGONHA!**

Um pobre e miserável trabalhador que tiver a infelicidade de ser apanhado roubando algo do seu ambiente de trabalho é, imediatamente, posto para fora do emprego por **justa causa**, fato que fica registrado na sua Carteira de Trabalho e, o coitado, não achará mais emprego. Mas, paradoxalmente, o político ladrão que for pego com a "mão na botija", roubando desavergonhada e descaradamente, pode ser reeleito para um cargo público, simplesmente, porque o devido processo legal [que coisa linda e edificante] ainda não "transitou em julgado".

Para todos os efeitos, foi o povo quem elegeu o "gatuno", para todos os efeitos foi-lhe outorgado, por esse mesmo povo, uma procuração para: **o defender e defender os interesses maiores da nação**. Que coisa mais hilária se não fosse trágica! Que vergonha, digo eu, o indivíduo, muitas vezes é apanhado com furto na mão e, como prêmio, recebe mais um período de tempo para se locupletar e encher, mais e mais, a sua já abarrotada "burrinha".

Para finalizar esta gama de devaneios que não adianta nada, porque todos fingem que sabem e que vão fazer algo, **TUDO, TUDO MESMO**, continua do jeito que está e vai continuar estando, porque "... isto não é meu negócio"; ou "deixa pra lá que você não é palmatória do mundo e isto só vai lhe complicar a vida...". Afinal, estamos no BRASIL! VIVAS, VIVAS!

A VOZ do Magistrado

Informativo da Associação Alagoana de Magistrados (ALMAGIS)

DIRETORIA EXECUTIVA



Maurílio da Silva Ferraz
Presidente

Pedro Ivens Simões de França
Vice-Presidente Administrativo

Nelma Torres Padilha
Vice-Presidente Financeiro

Durval Mendonça Júnior
Vice-Presidente Sócio-Cultural

Ana Raquel da Silva Gama
Vice-Presidente de R. Públicas

Alberto de Almeida
Vice-Presidente de Esporte e Lazer

José Francisco da Costa Filho
Vice-Presidente dos Aposentados

CONSELHO DELIBERATIVO

Sóstenes Alex Costa de Andrade
Presidente

Domingos de Araújo Lima Neto
Vice-presidente

Manoel Tenório de Oliveira
Secretário

Adriana Carla Feitosa Martins
José Porto Cavalcanti
Ricardo Jorge Cavalcante Lima
Sandra Janine Wanderley Cavalcante Maia

CONSELHEIROS NATOS

Neyder Alcântara de Oliveira
Geraldo Tenório Silveira
Estácio Luiz Gama de Lima
Nelma Torres Padilha
Otávio Leão Praxedes
Fernando Tourinho de Omena Souza
Paulo Zacarias da Silva

PRODUÇÃO EDITORIAL

Jornalista Responsável
Mercia Pimentel (MTE-1007/AL)

Projeto gráfico e diagramação
Valdirene Leão

Edição
Marcia Amy

Tiragem: 1.000 exemplares
Impressão: Gráfica Moura Ramos
Circulação: nacional e gratuita

Endereço: Rua Barão de Anadia, 8 - Centro - Maceió/AL

Fone/fax: (82) 3221-4907/3223-7960

E-mail: imprensa@almagis.com.br

Home-page: www.almagis.com.br

Coordenador da propaganda eleitoral diz que fiscalização será reforçada durante o pleito

Nada de carro de som, auto-falante, distribuição de panfletos, cartazes e santinhos. O candidato não terá mais esses artifícios para conquistar o voto do eleitor no dia 5 de outubro. O coordenador da propaganda eleitoral em Alagoas, juiz José Cícero Alves da Silva, garante que a fiscalização será reforçada e o descumprimento das determinações poderá incidir na aplicação de multa, que varia entre 5 e 10 mil reais.

Cícero Alves ressalta que toda a equipe convocada para trabalhar nas eleições foi bem orientada sobre qual postura deve manter em caso de irregularidades, tanto em relação à propaganda eleitoral, como nos casos de fraude. "Temos um grupo muito bem preparado para atuar no dia da votação. Funcionários do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, cidadãos convocados para trabalharem como mesários, e os juizes das zonas e auxiliares estarão de olho nas ações irregulares que possam ocorrer", frisou.

O coordenador enfatiza que o período da propaganda eleitoral termina dois dias antes da eleição. Depois dessa data algumas ações serão vedadas, como, por exemplo, a entrega de panfletos e cartazes. Ele esclarece que no dia do pleito só será aceita a manifestação individual e silenciosa através de camisa, boné e broche do candidato. "Durante todo o dia da votação e em qualquer local público, será proibida a aglomeração de pessoas portando materiais de propaganda de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos", esclarece o magistrado.

Além disso, o juiz destaca que nenhum servidor da justiça eleitoral e mesário poderá utilizar vestuário que contenha propaganda de partido político, coligação ou candidato. Já os fiscais partidários podem usar crachás com o nome, a sigla do partido e coligação. Ele ainda alerta aos eleitores sobre o uso de aparelho celular no local do voto, pois eles serão retidos na mesa de votação. Quando o assunto é boca-de-urna, Cícero Alves é categórico ao dizer que se trata de um crime e, portanto, sob pena de prisão em flagrante.



Juiz Cícero Alves da Silva lembra que boca-de-urna é crime e quem for pego será preso em flagrante

Veja o que pode ou não no dia das eleições:

PERMITIDO

- Bandeiras, desde que afastadas do local de votação;
- Camisa, sem que haja aglomerações;
- Boton do candidato;
- Carro com adesivos;
- Levar anotação com o número do candidato, a chamada "cola".

PROIBIDO

- Carro de som com jingle do candidato;
- Auto-falante;
- Distribuição de santinhos e panfletos;
- Cartazes;
- Boca-de-urna;
- Uso do celular no local da votação.

VISITA ÀS ZONAS ELEITORAIS

Um grupo de juizes viajou, dia 12 de setembro, para os municípios de Piranhas e Pão de Açúcar, em solidariedade aos magistrados que respondem pelas respectivas zonas eleitorais. Emanuela Porangaba vem sendo alvo de ameaças e Galdino Amorim de ataques de alguns promotores em razão de suas decisões. Além de manifestar apoio aos magistrados, o grupo também foi acompanhar e colher deles as possíveis dificuldades e carências para a consequente solicitação de melhorias.

Na comitiva, os dirigentes da ALMAGIS Maurílio Ferraz (presidente), Pedro Ivens, Durval Mendonça e Alberto de Almeida, e os representantes do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL), André Granja (corregedor eleitoral) e Alcides Gusmão.

SOCOCO[®]



SOCOCO mais sabor na sua receita



Soldados que vão atuar nas eleições ficam informados sobre procedimentos que devem adotar no dia do pleito; prisões e patrulhamentos só com autorização do juiz eleitoral

Juiz profere palestra para oficiais do Exército

O juiz da 23ª Zona Eleitoral (Capela e Cajueiro), João Dirceu Soares Moraes, participou, dia 10 de setembro, de um ciclo de palestras voltadas aos oficiais do Exército que irão trabalhar nas eleições deste ano. A iniciativa partiu da Escola Superior da Magistratura de Alagoas (Esmal) e contou com o apoio da ALMAGIS, que firmou compromisso com o 59º Batalhão da Infantaria Motorizada, de incentivar a participação de juízes no treinamento dos soldados.

João Dirceu proferiu palestra sobre a "Estrutura da Justiça Eleitoral no Brasil e a Participação das Forças Armadas nas Eleições". Em sua explanação, o magistrado abordou as atribuições dos órgãos da justiça eleitoral e os procedimentos adotados nas seções e mesas receptoras do voto. Segundo Dirceu, o objetivo das exposições foi oferecer conhecimentos técnicos sobre o Direito eleitoral e propiciar condições para atuação da tropa.

Com relação às atividades eleitorais, o juiz explicou que ao presidente da mesa receptora e ao juiz eleitoral cabe policiar

os trabalhos. Dirceu salientou que os soldados devem observar que somente podem permanecer próximos da mesa receptora os seus membros, os candidatos, um fiscal, um delegado de cada partido e, durante o tempo necessário à votação, o eleitor: "o presidente da mesa é a autoridade superior e poderá retirar do recinto quem não guardar a compostura devida, ou seja, quem estiver praticando ato atentatório à liberdade eleitoral".

Quanto aos trabalhos das forças armadas, ele salientou que o oficial do Exército deve manter distância de 100 metros da seção eleitoral, não podendo se aproximar do lugar da votação sem ordem do presidente da mesa. "A atuação do Exército estará sempre vinculada às atividades fins e à orientação da justiça eleitoral. Quando a tropa for destacada para o município, a orientação é para que se apresente ao juiz responsável pela área e busque junto a ele as diretrizes de como agir", destacou, acrescentando que efetuar prisões e fazer patrulhamento são ações autorizadas apenas pelos juízes.

CANDIDATOS

Lista de processados ganha mais 9 nomes

A ALMAGIS confirmou as informações processuais de mais nove candidatos para inclusão na lista dos que têm pendência na justiça. Até o momento, 50 nomes figuram na relação que vem sendo disponibilizada pela entidade de classe desde julho.

Na lista estão Gedilson Rodrigues dos Santos, Manoel da Silva Oliveira e Maurício Tenório da Silva, de Atalaia; José Eugênio de Almeida, de Paulo Jacinto; Pedro Cordeiro Alves (Pedro do Bar), de Igaci; Edivan Antônio da Silva, de Joaquim Gomes; Antonio Neto Camilo Silva e Silvino Dionizio da Silva, de Dois Riachos e Cícero Amorim Ferro, de Cacimbinhas.

As informações foram fornecidas pela 6ª, 41ª, 45ª, 46ª e 53ª zonas eleitorais e estão disponíveis no site da ALMAGIS (www.almagis.com.br). Já os processos podem ser acompanhados nos links de consulta contidos no site do Tribunal de Justiça de Alagoas (www.tj.al.gov.br) ou da Justiça Federal da 5ª Região (www.jfal.gov.br).

TROPAS FEDERAIS

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL) autorizou o reforço na segurança de Pilar e Minador do Negrão durante o primeiro turno das eleições. Nos dois municípios, há rivalidade entre os grupos políticos, violência e clima de tensão. Os juízes Rodolfo Gatto e Diego Araújo é quem comandam, respectivamente, as zonas eleitorais que integram essas cidades (8ª e 46ª). A requisição aguarda deferimento do TSE.

“Quem for podre, que se quebre!”

Compradores e vendedores de votos que se cuidem, pois o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL) garante que, se comprovadas as denúncias, todos serão punidos com o rigor da lei

A campanha contra a corrupção eleitoral deflagrada neste ano pelo Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL) vem surtindo o efeito desejado, segundo o presidente da Corte, desembargador Estácio Luiz Gama de Lima. Tanto ele, como representantes do Ministério Público e da Polícia Federal já dispõem de várias cartas anônimas relatando supostos esquemas de compra e venda de votos. O magistrado revela que a lista contém vários nomes, títulos e endereços de pessoas, inclusive, “corbedonistas” da sociedade alagoana. Tudo está sendo apurado e, conforme Gama, quem for eleito através de fraude não estará divorciado de que terá o mandato cassado. No artigo 299 do Código Eleitoral brasileiro consta que essa prática é considerada crime, sendo a pena prevista de até 4 anos de prisão, além de multa. A previsão vale para eleitores e candidatos. Nesta entrevista, o presidente do TRE faz uma abordagem geral sobre as eleições e afirma: “quem for podre, que se quebre!”

A Voz - O que tem sido realizado pelo TRE no combate à corrupção eleitoral?

Gama - Eu e o desembargador Antônio Saporita partimos muito cedo para o planejamento das eleições, focando sempre o combate à corrupção eleitoral. A compra “Quem vende o voto também é corrupto” tem nos dado muito retorno. Com o apoio das associações da bairro, da igreja, da OAB, do Ministério Público e da própria ALMAGS estamos conseguindo incutir na sociedade o desejo de moralizar as eleições. Recebi cartas anônimas contendo o nome das pessoas envolvidas com a compra e venda de votos e eu lido onde estão sendo colado os nomes. Isso tudo já está com a Polícia Federal. Tudo está bem postado. Certo que se não conseguirmos prender até o dia do pleito, impediremos de atuar aqueles que foram eleitos através da fraude. Continuamos repetindo aquela velha ditada: “quem faz podre, que se quebre!”

A Voz - Na prática, a compra de votos gera mesmo a corrupção do mandato?

Gama - Sim, claro. Nossa reunião em São Luís (MA), o ministro presidente do TSE, Carlos Ayres Britto, apresentou o exemplo de Alagoas no quesito fraude eleitoral. Ele

citou o caso do ex-deputado Antônio Holanda Costa Júnior, que exigiu “recibo eletrônico” do eleitor que votasse nele. O eleitor recebia um cartão “maguático” do candidato para passar na urna na hora da votação. Após o pleito, esse cartão seria então trocado pelo dinheiro do voto. No início do ano, foi relatado desde processo de cassação de mandato. Júnior Holanda foi o primeiro deputado cassado em Alagoas por compra de voto. Essa decisão foi mantida liminarmente pelo Tribunal Superior Eleitoral, a unanimidade dos membros.

A Voz - O senhor concorda com a divulgação pelas Associações de Magistrados das candidaturas com processos criminais ao Justiça?

Gama - A crítica que se faz é que sendo uma Associação de Magistrados não deveria divulgar os nomes, mas como as ações são públicas... A decisão do Supremo Tribunal Federal de permitir que aqueles indivíduos que respondam a processos criminais sejam candidatos trouxe alguns embargos. Estamos obedecendo à súmula, mas a procuradora eleitoral Nírdia Kaprari está entrando com recursos, está apelando para reverter a situação, quem sabe no próximo pleito. Essa



Dir. Estácio Gama afirma que ninguém de amarelo-dubão e marrom-relativo a direito de resposta se ausentam

pena deveria ter sido feita pelos partidos políticos. Foi uma reunião com os representantes dos partidos e eles assinaram esse compromisso, mas pelo visto não cumpriram. Também diz sempre que com isso a maior responsabilidade foi transferida para o eleitor.

“Se não conseguirmos prender até o dia do pleito, faremos o possível para impedir de atuar aqueles que forem eleitos por meio de fraude”

Cavalante, já disponibilizou segurança pessoal para a juíza. Além disso, reformou a zona eleitoral com um juiz auxiliar, o doutor Domingos Araújo, que é bastante experiente.

A Voz - O TRE/AL autoriza o envio de força federal para Pilar e Mirador do Negro. Outras pedidas de tropas serão deferidas?

Gama - Nos municípios de Pilar e Mirador do Negro, o histórico de violência entre os grupos políticos que disputam as eleições. Nessas cidades, o constante clima de tensão justificou o deferimento das tropas. Sobre o reforço federal nos outros municípios, estamos analisando os requerimentos. Em Cacim-Bambas e Dois Rios, por exemplo, não foram encontrados indícios de instabilidade. Estamos no aguardo da posição do TSE. Digo sempre que o juiz deve justificar bem o pedido, pois há os requerimentos que acontecem no município não são argumentos plausíveis.

A Voz - Desde que assumiu a Presidência do TRE, a demanda de trabalhar só vem crescendo, não?

Gama - Da justiça eleitoral, fui funcionário da 3ª Zona, juiz e agora presido a instituição. O ritmo de trabalho cresceu consideravelmente, tanto que aumentamos de 8 para 15 sessões realizadas no mês. Só com referência ao registro de candidaturas, foram quase 400 processos julgados, fora os vários recursos de direito de resposta, os processos relativos à infidelidade partidária, etc. A grande novidade neste ano é que julgamos aqueles processos tidos como liberados [aqueles que mudam de domicílio eleitoral após encerrado dos mandatos em uma cidade e buscam se eleger em outro município]. Não sei se essa decisão será confirmada pelo TSE, mas são temas bem avançados. Daqui a alguns dias, teremos resposta se o Tribunal agiu bem ou não.

A Voz - Qual a diferencial do pleito municipal deste ano?

Gama - Continuamos dizer que as eleições municipais são as mais democráticas e cidadãs, porque é nos municípios que o eleitor tem o contato direto com os candidatos. Faz aí que o Estado vem passando e à posição do Tribunal Regional Eleitoral de ter partido com antecedência no combate à corrupção eleitoral, conseguimos impingir um certo temor nos candidatos. Alguns até acham que vão conseguir barlar as regras, mas estamos atentos a qualquer tentativa de fraude.

RESOLUÇÃO

Juizes auxiliares agora podem decretar prisões

A partir deste ano, os juizes auxiliares convocados para combater as eleições terão a mesma competência e autoridade de um juiz eleitoral para fiscalizar, processar ou decretar a prisão temporária ou em flagrante de qualquer candidato ou pessoa que agir de forma fraudulenta.

A decisão pioneira partiu do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL), que publicou resolução regulamentando as mudanças. Antes os magistrados convocados para trabalhar nas eleições apenas providiam as juntas eleitorais. Com a Resolução nº 14.782, eles terão a mesma competência dos juizes eleitorais e poderão agir com mais autonomia. De acordo com o presidente do TRE/AL, desembargador Estácio Luiz Gama de Lima, a iniciativa é mais uma forma de fortalecer o combate à corrupção.

Ele explica que muitas vezes a apuração dos crimes eleitorais não era iniciada pelo fato de o juiz titular não estar presente na comarca. Agora, o magistrado que for responsável pela junta eleitoral terá autoridade para adotar providências. “Estamos trabalhando para garantir que o dia da votação transcorra com tranquilidade em todos os municípios do Estado”, afirma Estácio Gama.

PIONERISMO

A resolução da Corte alagoana é a primeira em todo o país e já foi reconhecida em outras regiões. O corregedor eleitoral da Paraíba, João Benedito da Silva, solicitou ao TRE/AL o documento no qual foram estabelecidas as alterações. Segundo Gama, o corregedor também tem interesse em aplicar as mudanças em seu Estado.

O presidente da ALMAGS, Juiz Maurício da Silva Ferraz, salientou que a medida do Tribunal Eleitoral só tende a contribuir para o bom desenvolvimento das eleições municipais. Ele diz que a medida de classe dará total apoio às ações da Corte, no sentido de que todo o processo eleitoral aconteça de forma transparente e correta.

Cuidando da Natureza
para garantir o Futuro



Grupo Santo Antonio



Usina Santo Antonio



Usina Camaragibe

Questão de saúde

Alysson Nobre

Benefícios da atividade física na terceira idade

Atualmente, a expectativa de vida no Brasil é de 72,5 anos, sendo as mulheres com 76,64 e os homens 68,57 anos, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2008. Com o aumento dessa expectativa, houve também o crescimento da população idosa, ou como costumamos falar "terceira idade".

Os idosos convivem com algumas transformações tanto na sua aparência quanto no seu comportamento. Eles têm diminuições na aptidão e no desempenho funcional, influenciando na capacidade de realizarem as atividades diárias. No entanto, tais declínios não surgem do mesmo modo e nem acontecem com a mesma rapidez nas pessoas. Então manter-se em atividade e ter cuidados pessoais são essenciais para uma vida salutar.

A cada dia surgem evidências científicas apontando os efeitos benéficos da atividade física para a manutenção da capacidade funcional durante o envelhecimento. Elas atestam que o idoso que pratica atividade possui mais habilidade do que aquele que vive no sedentarismo. Um estudo com idosos inativos demonstrou que a cada ano 66% deles sofrem quedas, enquanto os que praticam atividade têm menor incidência. Diante das evidências, seguem alguns benefícios ao realizar atividades, em especial, o treinamento de força (musculação):

- Melhora da velocidade de andar, equilíbrio e tempo de reação;
- Contribuição na manutenção e/ou aumento da densidade óssea;
- Ajuda no controle de diabetes, doenças cardíacas, entre outras;
- Diminuição da depressão.

É importante ressaltar que qualquer atividade física desde que regular e com acompanhamento faz bem à saúde, mas o ideal é que essa prática comece cedo!

*É educador físico e personal trainer.

Pecúlio da ALMAGIS ganha nova modalidade e está mais atrativo

A Diretoria Executiva da ALMAGIS reformulou o sistema de pecúlio da categoria, tornando-o mais flexível e vantajoso financeiramente. Desde setembro, o associado passou a optar pela autorização de seu nome numa conta complementar, cujas vantagens podem ser resumidas em maior rentabilidade e desburocratização.

O modelo de pecúlio anterior vinha gerando discussões entre os associados por, entre outras razões, não apresentar qualquer rentabilidade. O magistrado contribuía mensalmente com 44 reais depositados numa conta específica. Ao longo dos anos, esse aporte resultava num valor estático aproximado a R\$ 37 mil, que era liberado para a família quando do falecimento do associado. Muitas direções já pensaram até em extinguir o pecúlio pela crescente evasão, mas os atuais dirigentes resolveram adotar providências no sentido de ampliar suas vantagens, tornando-o atrativo.

As normas complementares para a nova modalidade do fundo de amparo à fa-

mília do associado estão contidas na resolução nº. 02/08. Agora, as contribuições podem ser depositadas tanto numa conta pecúlio coletiva (conta-mãe), quanto numa individualizada complementar, que nesse caso é facultativa. Explicando melhor: o associado pode manter a contribuição de 44 reais na conta-mãe, sendo permitido também realizar depósitos espontâneos numa sub-conta. O depósito mínimo é R\$ 50, mas o titular poderá elevar o valor do seu pecúlio, sendo o desconto efetuado em folha. A conta individualizada será aberta na cooperativa de crédito JURISCREDE e alimentada não só pelas contribuições espontâneas, mas também pelos rendimentos semestrais decorrentes das aplicações financeiras da conta mãe e da própria conta.

"Com essa nova conta pecúlio, o valor depositado pelo associado irá render muito mais do que os 37 mil, pois a ele será somado o rendimento de outras movimentações financeiras e das sobras líquidas apuradas", explica o presidente da ALMAGIS, juiz Maurílio Ferraz.

Coletiva expõe caso de ameaça à juíza

A juíza Emanuela Porangaba vem sofrendo tentativas de intimidação em virtude do trabalho desenvolvido na comarca de Piranhas. Ela pediu o apoio da ALMAGIS, que já tomou algumas providências. A Diretoria da entidade convocou uma entrevista coletiva para falar sobre o assunto, que foi exposto pelo presidente da entidade, Maurílio Ferraz.

Conforme o relato da juíza, o dia 11 de agosto foi a data do primeiro telefonema recebido por ela. A pessoa se passava por uma criança e dizia ser sua filha, mas a juíza percebeu que não se tratava da mesma voz e encerrou a ligação. Em seguida, recebeu nova ligação do mesmo número, que era de Aracaju. Desta vez, um homem falava de forma agressiva e dizia que iria autografar a menina.

Emanuela Porangaba contou ao presidente da ALMAGIS que dias após receber as ligações, um novo episódio ocorreu. Ao sair da comarca de Piranhas em direção a Maceió, ela percebeu que no trecho que liga Piranhas a Olho D'Água do



Diretores da ALMAGIS acompanham entrevista

Casado havia uma motocicleta acompanhando-a. Ela tentou ultrapassá-la, mas o indivíduo postou-se de forma provocativa, razão pela qual acelerou o automóvel e passou por cima do pneu da moto. Após narrar esses acontecimentos, Ferraz disse que encaminhou ofícios e procurou os órgãos judiciais e de segurança pública. Por iniciativa do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) e de outros órgãos competentes, a juíza já está sendo acompanhada por um policial, e o caso está sob investigação.

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO



**Acompanhando você em todas as
fases de sua vida profissional**

- **DIREITO PROCESSUAL**
- **DIREITO PÚBLICO**
- **DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO**

www.cesmac.com.br/pos
asppe@fejal.com.br
3215-5034 / 3215-5029

Para sua comodidade, a
R2 Consultoria & Negócios Ltda fará
inscrição e matrícula em sua residência
ou local de trabalho, sem ônus adicional
por este serviço.
Ligue: 9925-4311 / 3035-8657 / 8812-0056



Juízes vão à Assembléia solicitar agilidade na aprovação do acréscimo de desembargadores

Presidente da ALMAGIS diz que mudança trará mais celeridade para a justiça alagoana

A Diretoria Executiva da ALMAGIS esteve na Assembléia Legislativa de Alagoas (ALE), dia 3 de setembro, para solicitar o apoio do presidente da Casa, deputado Fernando Ribeiro Toledo, no sentido de que o projeto que propõe o aumento do número de desembargadores seja votado o mais rápido possível. Os magistrados reforçaram o argumento de que a proposta é uma maneira de melhorar a prestação jurisdicional no Estado.

O presidente da ALMAGIS, juiz Maurílio da Silva Ferraz, ressaltou que com a criação de mais quatro cargos de desembargador - elevando o número de 11 para 15 - haverá mais celeridade no julgamento dos processos. "É uma questão de necessidade. Se tivermos mais desembargadores, juízes e servidores, maior será a quantidade de processos solucionados e mais rápido a sociedade será atendida", frisou Ferraz.

O juiz também argumentou que Alagoas é o último Estado do Nordeste e o terceiro do país quanto ao número de desembargadores e que desde o ano de 1959 não há alteração nesse quadro. Maurílio Ferraz frisou que daquele ano até hoje foram criadas mais 50 comarcas e por consequência a demanda processual foi ele-



Diretores argumentam que Alagoas é o último Estado do Nordeste no quesito número de desembargadores

vada. Toledo disse que a Assembléia está trabalhando para que o projeto seja votado com brevidade. Ele destacou que a matéria já foi lida em plenário e que agora está em tramitação. Segundo ele, o projeto deve receber o parecer da Comissão de Constituição e Justiça para então ser levado à votação pelos demais deputados.

"Investirei todo esforço necessário para a aprovação, pois compreendo a indis-

pensabilidade de mais membros na Corte da Justiça, para que os trabalhos do Judiciário ganhem mais agilidade", ressaltou o presidente da ALE.

Também participaram da reunião os vice-presidentes da entidade de classe, juízes Pedro Ivens (Administrativo), Nelma Padilha (Financeiro), Ana Raquel (Relações Públicas) e José Costa Filho (Aposentados).

Novo concurso para juiz terá investigação de candidatos

Mais uma vez o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) acatou a sugestão da Diretoria Executiva da ALMAGIS de realizar uma investigação social da vida pregressa do candidato a juiz substituto. O edital publicado na edição do Diário Oficial do dia 1º de setembro traz um item destinado à sindicância, que tem caráter eliminatório.

A investigação social é de responsabilidade da Comissão Examinadora do certame, que é composta pelos juízes Alberto Jorge Correia de Barros Lima (presidente), Léo Denisson Bezerra, Maurício César Brêda e pelo advogado Francisco Malaquias de Almeida. Ela vai coletar informações sobre a conduta indi-

vidual e social do candidato. Para tanto, autoridades e qualquer cidadão poderão ajudar, sendo vedado o anonimato. Consultas às Justiças Estadual e Federal, Ordem dos Advogados e Procuradoria Geral de Justiça também serão feitas com esse fim.

O documento com a sugestão foi entregue ao Tribunal de Justiça pelo presidente da ALMAGIS, juiz Maurílio da Silva Ferraz, em março deste ano. O item do edital que prevê a realização da sindicância contemplou a sugestão da entidade de classe, não sofrendo alterações, mas acréscimos.

Maurílio Ferraz havia elaborado a minuta do edital quando ainda era as-

essor da Presidência do TJ/AL. Ele sugeriu a redução da quantidade de questões e a redefinição do conteúdo programático.

CERTAME

São oferecidas 15 vagas, sendo duas para portadores de deficiência. A remuneração inicial é de R\$ 16.119,10. As inscrições podem ser feitas de 1º a 30 de setembro de 2008, na página da Cespe (www.cespe.unb.br/concursos/tj). A taxa de inscrição é 250 reais e o pagamento deverá ser realizado até o dia 1º de outubro de 2008, no horário bancário, entre 10 e 16h, observado o horário de Brasília/DF.

Comenda

A juíza Maria Nita Silva emprestou seu nome à condecoração criada pelo Sindicato dos Escritores de Alagoas (Sindeal), que a escolheu como destaque do mérito 2008. A Comenda Escritora e Jurista Maria Nita Silva homenageou diversas personalidades que contribuíram para o desenvolvimento do Estado no campo social, da cultura, das ciências e das artes. Ela foi entregue numa solenidade realizada na seccional alagoana da Ordem dos Advogados, no final de agosto.

Maria Nita agradeceu pela outorga da honraria, afirmando que a iniciativa lhe acalenta o ânimo, tendo em vista que resultou da análise de sua atuação no campo da justiça e das letras. "Minha vida foi construída com trabalho honesto e abnegado. Outros desafios se descortinarão pela frente", destacou a juíza.



Uma das autoridades agraciadas, Nelma Padilha tem em mãos o diploma da comenda. Ao lado dela, a grande homenageada da noite, juíza Maria Nita Silva; o presidente da ALMAGIS, Maurílio Ferraz, e o do Sindicato dos Escritores de AL, Milton Oliveira



Juízes João Dirceu e André Granja recebem homenagem do Exército, representado pelo tenente coronel Anísio David de Oliveira



Maurílio Ferraz e Fernando Tourinho visitam Casa de Adoção Rubens Colaço e são recebidos pela secretária Sandra Arcanjo e sua equipe



Ferraz e o adv. Bruno Bastos (E) ao lado de Mário Gama e José Roberto, nomes do Min. do Planejamento (Patrimônio da União)

ANIVERSARIANTES

SETEMBRO

01 Luciana Cavalcanti de Mello Sampaio
02 José Olavo Lopes
04 Geraldo Tenório Silveira
06 Adalberto Correia de Lima
06 Maria Ester Fontan Cavalcanti Manso
08 José Auto Monteiro Guimarães
12 Maria Valeria Lins Calheiros
13 Adriana Carla Feitosa Martins
13 Moacir de Carvalho Ribeiro
15 Eliezer Inácio da Silva
17 José Agnaldo de Souza Araújo
19 Frederico George Brotherhood Medeiros
20 Flávio Lima Silva
20 Silvío Menezes Tavares
21 André Gêda Peixoto Melo
25 Henrique Gomes de Barros Teixeira
28 Celyrio Adamastor Tenório Accioly
29 Leo Denisson Bezerra de Almeida

OUTUBRO

02 Nilo Oliveira Borba
05 Mirandyr César de Lima
06 Maria da Graça Marques Gurgel
07 Antonio Lenine Pereira
08 Aylton Campos
08 Sandro Augusto dos Santos
08 Sônia Thereza Beltrão da Silva Brandão
10 M. C. Madeiros Barros Correia
17 Aécio Flávio de Brito
17 João Dirceu Soares Moraes
17 Juliana Batistela Guimarães de Alencar
20 Maurílio da Silva Ferraz
21 Carlos Eduardo Canuto Mendonça
21 Manoel Correia Costa Filho
23 Jairo Xavier Costa
26 Marcelo Tadeu Lemos de Oliveira
27 Geraldo Cavalcante Amorim
30 Gustavo Souza Lima